



EDUCAÇÃO ALÉM DA FARDA: UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS SERVIDORES DO EXÉRCITO BRASILEIRO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Área Temática: Ética e Educação Atuarial e Contábil - EEAC

1º Rafael Queiroz dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

rafaelsantos444@outlook.com

2º Sócrates Dantas Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Socrates.lopes@ufrn.br

3º Clara Monise Silva

Universidade Federal da Paraíba

claramonise.s@hotmail.com

4º Alexandre Alves de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

alexandre.eecam@gmail.com

5º Hicaro Lima da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

hicarolima01@gmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo verificar o nível de conhecimento dos servidores públicos militares do Exército Brasileiro sobre educação financeira. Para isso, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado com 17 questões em escala Likert de cinco pontos, aplicado via Google Forms junto aos militares do 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC), localizado em Caicó/RN. A população total foi de 720 militares, dos quais 113 participaram da pesquisa. Os dados foram organizados no Excel e analisados por meio do cálculo do Ranking Médio (RM). Os resultados indicam que, de forma geral, os militares do 1º BEC atribuem grande importância à educação financeira, reconhecendo sua relevância para a prevenção do endividamento. Além disso, demonstram bom nível de conhecimento sobre finanças pessoais, o que se reflete em uma gestão financeira individual eficaz e em baixos índices de endividamento.

Palavras-chave: Educação Financeira. Finanças Pessoais. Conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira (EF) tem se mostrado cada vez mais essencial em um contexto de crescente inadimplência e desafios econômicos enfrentados por grande parte da população brasileira. A dificuldade em gerir recursos financeiros, aliada ao aumento das dívidas, reflete um cenário preocupante que exige soluções voltadas ao desenvolvimento de habilidades e competências para o manejo consciente do dinheiro. A educação financeira, nesse sentido, desponta como uma ferramenta indispensável, promovendo maior autonomia e controle sobre as finanças pessoais, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida (QV) e o fortalecimento da cidadania econômica (Domingos, 2022).

De forma conceitual, a EF pode ser compreendida como o processo de capacitação que permite aos indivíduos adquirirem conhecimentos e habilidades para gerir seus recursos com eficiência. Trata-se de um aprendizado que vai além do simples controle de gastos, envolvendo planejamento financeiro, organização patrimonial e tomada de decisões informadas. Sua relevância se estende tanto ao bem-estar individual quanto ao desenvolvimento econômico das comunidades, pois uma população financeiramente educada tende a fazer escolhas mais conscientes, diminuindo os índices de inadimplência e fortalecendo o consumo responsável (Domingos, 2022).

Segundo Santos *et al.*, (2020), o endividamento dos servidores públicos (SPs) trata-se de uma questão que vem ganhando relevância nas discussões sobre saúde financeira e qualidade de vida no Brasil. Embora esses profissionais possuam uma relativa estabilidade de renda, a realidade demonstra que muitos enfrentam dificuldades para equilibrar receitas e despesas, o que os coloca em situações de vulnerabilidade financeira. Esse cenário é agravado por fatores como o acesso facilitado ao crédito consignado, a falta de planejamento financeiro e a ausência de uma cultura consolidada de educação financeira.

A estabilidade salarial, característica do SP, frequentemente cria a falsa percepção de segurança econômica, levando muitos servidores a contraírem empréstimos e assumir compromissos financeiros sem considerar adequadamente sua capacidade de pagamento. O crédito consignado, por exemplo, é amplamente utilizado devido às condições vantajosas de juros mais baixos e desconto automático em folha. No entanto, quando não é gerido de forma consciente, pode levar ao comprometimento excessivo da renda, restringindo o orçamento familiar e perpetuando o ciclo de endividamento (Santos *et al.*, 2020).

A ausência de compreensão dos fundamentos essenciais de finanças pessoais, como orçamento doméstico, planejamento de gastos e investimento, é um dos principais problemas que ajuda para o endividamento. Muitos SPs não possuem hábitos financeiros saudáveis, como controlar despesas ou estabelecer metas financeiras de longo prazo, o que dificulta a superação de crises financeiras e a conquista de estabilidade econômica (Orozimbo; Bevilacqua, 2022).

Além disso, a pressão para manter um padrão de vida elevado em determinadas categorias do funcionalismo público muitas vezes agrava essa situação, levando a decisões financeiras inadequadas (Orozimbo; Bevilacqua, 2022). Portanto, a problemática deste estudo centrou-se na seguinte pergunta de partida: qual é o nível de conhecimento dos servidores do exército brasileiro, lotados no 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC) sobre educação financeira? O objetivo deste estudo foi de verificar o nível de conhecimento dos servidores do exército brasileiro sobre educação financeira.

Este estudo se justifica, uma vez que o endividamento dessa categoria representa não apenas uma questão individual, mas também um desafio coletivo, com impactos que se estendem à gestão pública e ao bem-estar da população. Ademais, com o crescente número de

pessoas credoras em um contexto geral é necessário elaborar um plano de ação que permita que todos (inclusive eles) entendam e apliquem de forma prática a EF.

A literatura sobre educação financeira tende a focar em estudantes de nível médio (Carvalho; Scholz, 2019; Carvalho; Carlo, 2021; Guimarães; Iglesias, 2021; Sobianek *et al.*, 2021), graduação (Andrade; Lucena, 2018; Santos *et al.*, 2019; Melo; Moreira, 2022; Cattani *et al.*, 2023) e pós-graduação, investidores (Araújo *et al.*, 2021, Borba; Reis, 2022) ou população em geral (Carraro; Merola, 2018; De Oliveira; Santana, 2019; Oliveira *et al.*, 2022). Este estudo preenche uma lacuna ao abordar um grupo específico e pouco explorado: servidores militares.

Além disso, o estudo contribui para o entendimento das relações entre comportamento financeiro e cultura organizacional em ambientes disciplinados e hierarquizados, como é o caso do Exército. A análise permite identificar como fatores como estabilidade no emprego, hierarquia rígida e rotina estruturada influenciam o modo como os servidores lidam com suas finanças pessoais. Em termos práticos, os achados da pesquisa podem subsidiar a formulação de políticas internas voltadas à capacitação financeira dos servidores do Exército, contribuindo diretamente para a prevenção do endividamento e para a promoção do bem-estar financeiro do batalhão.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Aspectos conceituais sobre Educação Financeira

A educação financeira desempenha um papel crucial no cenário contemporâneo, caracterizado pela instabilidade econômica e pelo aumento da necessidade de autonomia financeira. Trata-se de uma abordagem que transcende o simples gerenciamento de renda, englobando um processo de formação voltado para a construção de competências relacionadas à administração consciente de recursos monetários, planejamento de objetivos e tomada de decisões informadas. Nesse sentido, a EF não apenas capacita indivíduos a lidarem melhor com desafios econômicos, mas também fomenta uma relação mais saudável com o consumo e o investimento, promovendo maior equilíbrio e bem-estar (Pabis; Hocayen-da-Silva, 2022).

Até 2010, as iniciativas voltadas para a Educação Financeira (EF) no Brasil eram bastante limitadas. O marco formal dessa área ocorreu com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), estabelecida pelo Decreto nº 7.397, publicado no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2010. A partir desse momento, a EF começou a se expandir, especialmente no contexto escolar, promovendo uma maior conscientização sobre a importância do planejamento financeiro e suas implicações na vida cotidiana das pessoas. (Pabis; Hocayen-da-Silva, 2022).

O aprendizado sobre EF deve ser inserido nos mais diversos momentos, desde a infância até a maturidade, como uma habilidade transversal que acompanha os indivíduos em suas múltiplas experiências. Durante os primeiros anos, ensinar valores como a economia e o respeito ao orçamento familiar contribui para o desenvolvimento de uma EF precoce. Já na adolescência e na juventude, é fundamental abordar questões como planejamento educacional, escolha de investimentos iniciais e administração do primeiro salário e na adulta, por sua vez, os desafios se expandem para o controle de patrimônio, a preparação para a aposentadoria e a antecipação de imprevistos (Cunha, 2020).

As atividades financeiras que a população realiza atualmente devem ser fundamentadas em uma sólida EF. Isso implica que cada um não deve apenas compreender os

cálculos envolvidos em cada transação, mas também desenvolver uma visão mais abrangente sobre como gerenciar e cuidar adequadamente do seu dinheiro. Além disso, é essencial que elas tenham consciência da importância de economizar, utilizem uma caderneta de poupança, cultivem o hábito de elaborar um orçamento e possuam um entendimento básico sobre investimentos, entre outras práticas (Pabis; Hocayen-da-Silva, 2022).

Ao longo das últimas décadas, a tecnologia tem desempenhado uma função indispensável a democratização do ensino sobre EF, oferecendo ferramentas e recursos que permitem uma gestão mais eficiente do dinheiro. Aplicativos móveis, plataformas digitais e conteúdo online têm se tornado aliados para a disseminação de conhecimentos financeiros, simplificando conceitos complexos e tornando-os mais acessíveis ao público em geral. Essa abordagem tecnológica não só facilita o aprendizado como também amplia o alcance das iniciativas voltadas à educação econômica (Figueiredo. Begosso, 2020).

A integração da EF ao currículo escolar é uma estratégia amplamente debatida, pois possibilita a formação de cidadãos mais preparados para lidar com desafios financeiros desde cedo, o que pode ser implementado por meio de projetos educacionais que incentivem o aprendizado prático, como simulações de mercado, dinâmicas de planejamento familiar e análise de cenários econômicos, podem tornar o aprendizado mais acessível. Além disso, a valorização de competências interpessoais, como negociação e organização, reforça o impacto positivo da EF na formação integral dos estudantes (Figueiredo. Begosso, 2020).

Portanto, promover a EF é um processo que exige continuidade e adaptação às mudanças do mundo ao nosso redor, haja vista que a sociedade vive em uma realidade de transformações rápidas, impulsionadas pela digitalização e pela globalização, o que torna essencial que as pessoas estejam sempre atualizadas sobre as tendências e os desafios financeiros. Assim, a EF vai além de ser uma experiência pontual de aprendizado: ela se transforma em um caminho contínuo de crescimento e aperfeiçoamento, acompanhando cada etapa da vida (Vieira; Pessoa, 2020).

Vale ressaltar que, ela é considerada fundamental em vários locais, sejam escolas, ou instituições no geral. Um sinal claro dessa importância é o crescente destaque que o tema tem recebido em concursos públicos no geral, que desde sempre, inclusive hodiernamente, tem incorporado conteúdos relacionados a essa temática de forma significativa. Esse mesmo interesse deve ser refletido nas escolas e entre os educadores ao elaborarem seus planos de ensino e ao selecionarem os materiais didáticos a serem utilizados (Vieira; Pessoa, 2020).

2.1.1 A importância da Educação Financeira

Nos últimos anos, tem-se observado uma crescente ascensão econômica entre as pessoas, acompanhada por um acesso mais amplo a diferentes tipos de transações financeiras. Bancos e instituições financeiras vêm diversificando suas modalidades de crédito, oferecendo maior facilidade para a obtenção de recursos. No entanto, compreender as condições associadas a essas facilidades têm se tornado cada vez mais desafiador, pois embora essa ascensão econômica traga benefícios evidentes, o acesso a novas possibilidades financeiras, sem um conhecimento básico adequado, pode gerar consequências negativas tanto para a vida individual quanto para a estabilidade financeira de um país (Hurtado; Freitas, 2020).

A EF auxilia na formação de comportamentos mais responsáveis, permitindo que as pessoas entendam a relevância de práticas como o planejamento de gastos, a criação de reservas financeiras e o investimento em objetivos de curto, médio e longo prazo. Além disso,

estimula o consumo consciente, reduzindo desperdícios e contribuindo para a sustentabilidade econômica e ambiental (Hurtado; Freitas, 2020).

No contexto social, a EF desempenha um papel essencial, pois ajuda a fortalecer a cidadania econômica, já que populações mais informadas sobre finanças tendem a tomar decisões mais conscientes, o que beneficia toda a sociedade. Assim, quando as pessoas compreendem conceitos como taxas de juros, inflação e os riscos de diferentes tipos de crédito, elas se tornam mais preparadas para evitar problemas financeiros e acabam contribuindo diretamente para a estabilidade econômica e o bem-estar coletivo (Araújo *et al.*, 2020).

Outro aspecto importante da EF é seu impacto na preparação para o futuro, pois compreender temas como investimentos, previdência e diversificação de renda permite que as pessoas planejem suas vidas de forma mais eficiente, criando condições favoráveis para enfrentar imprevistos e assim garantir a aposentadoria com segurança. Por outro lado, a falta desse conhecimento pode levar a decisões inadequadas, que acabam comprometendo o bem-estar e a segurança financeira ao longo do tempo (Hurtado; Freitas, 2020).

A inclusão da EF no ambiente escolar é fundamental, pois, ao ser introduzida desde cedo, contribui para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos da vida adulta e para lidar com situações complexas de forma consciente. Isso ocorre pois por meio de abordagens didáticas que incluem atividades práticas e interativas, os alunos têm a oportunidade de aprender desde conceitos básicos de economia até temas mais avançados, como o uso de instrumentos financeiros e a análise de cenários econômicos, tudo de maneira acessível e envolvente (Araújo *et al.*, 2020).

Além de beneficiar indivíduos, a EF também possui reflexos positivos em empresas e organizações. Profissionais financeiramente educados tendem a gerir melhores seus recursos, o que pode aumentar sua produtividade e reduzir o impacto de problemas financeiros no ambiente de trabalho. Por isso, iniciativas de EF corporativa têm se tornado cada vez mais populares, sendo reconhecidas como estratégias eficazes para melhorar o bem-estar dos funcionários e, conseqüentemente, os resultados organizacionais (Vincó; Florencio; Viana, 2021).

Por fim, ela é essencial para construir um futuro mais equilibrado, em que as pessoas não apenas lidem com os desafios financeiros, mas também criem oportunidades de crescimento. Assim, investir na disseminação da EF é um passo fundamental para assegurar uma sociedade mais consciente, sustentável e economicamente forte (Vincó; Florencio; Viana, 2021).

2.2 Planejamento financeiro pessoal

O planejamento é definido como a etapa inicial de toda e qualquer atividade, o que indica que no âmbito financeiro, o mesmo se aplica, porque não existe controle de despesas e receitas sem o planejamento, ainda que boa parte dos investidores prefira confiar na experiência de terceiros e seguir os seus passos (Zdanowicz, 2001).

Segundo Calil (2012), entende-se que o ato de planejar as finanças pode ser comparado a um processo de autoconhecimento, onde o indivíduo pontua a sua situação, com despesas, receitas, incluindo nisto os seus objetivos, metas, valores e crenças. As empresas costumam fazer isso para elaborar o planejamento estratégico, como forma de definir estratégias e assegurar que a sua missão será cumprida.

Diante de tais considerações, cabe salientar que a renda dos indivíduos dificilmente se assemelha aquela produzida pelas organizações, mas isso não impede que eles contraiam dívidas e acabem indo à falência como as empresas. O que está na base de tal cenário não é a ausência de recursos, mas sim a forma como estes são organizados e utilizados (Kiyosaki; Lechter, 2011)

É comum que os indivíduos decidam comprar por impulso, realizem investimentos sem analisar os riscos envolvidos e não saibam ao menos o quanto precisam para atender ao seu orçamento, porque desconhecem a importância do mesmo para o controle financeiro (Kiyosaki; Lechter, 2011).

Por isso, a seguir o estudo aborda sobre as principais etapas que integram o planejamento financeiro pessoal.

2.2.1 Etapas do planejamento financeiro pessoal

Conforme mencionado anteriormente, a educação financeira aborda sobre receitas e despesas, abrangendo até mesmo a forma como os recursos devem ser investidos. Entende-se assim, que isso faz parte de um processo de planejamento financeiro pessoal, onde os indivíduos são orientados sobre aspectos de gestão e ensinados que dentro do planejamento devem constar elementos como: orçamento e fluxo de caixa, para depois pensar nos investimentos (Zdanowicz, 2001; Halfeld, 2011).

Em geral as pessoas pensam em controlar gastos quando desejam adquirir algum bem ou serviço, ou mesmo quando percebem que a sua condição financeira está complicada. No entanto, esta prática deveria fazer parte das suas vidas, porque é com base nela os sonhos e objetivos pessoais são realizados (Silva, Paixão; Mota, 2014; Calil, 2012; Halfeld, 2011).

É por meio do planejamento que as pessoas conseguem identificar as ameaças e oportunidades, uma vez que nem sempre tem uma visão exata do patrimônio que possuem, das dívidas contraídas, nem como sair da condição de endividamento em que se encontram. Muitas acreditam que tudo se resolve com o ingresso de receitas maiores, mas isso está comprovado que funciona apenas no curto prazo (Halfeld, 2011; Kiyosaki, Lechter, 2011).

A ferramenta ideal para começar este processo é o orçamento, onde o indivíduo precisa pontuar todas as suas necessidades, tais como: despesas com supermercado, farmácia, aluguel, pagamento de energia elétrica, taxas bancárias, cursos, despesas com veículos, com espaço para gastos com lazer e uma provisão para despesas ocasionais. O orçamento pode variar de pessoa para pessoa, devido as necessidades e estilo de vida (Zdanowicz, 2001; Oliveira; Kaspczak, 2013).

É importante que o orçamento seja construído de forma realista, sem esconder gastos diversos, percebidos como irrelevantes de serem mensurados, porque são estes que se transformam em gargalos do orçamento futuramente, onde a pessoa gasta além do previsto e não consegue identificar porque isso está acontecendo (Oliveira, Kaspczak, 2013; Ross, Westerfield, Jaffe, 2008).

Após definido o orçamento pessoal, é necessário um controle sobre o que se vai receber, gastar e investir, este controle pode ser feito através do fluxo de caixa. Em relação ao fluxo de caixa, ele pode ser descrito como a sistematização das receitas e despesas que uma pessoa realiza, como explica Trombeta (2014):

O fluxo de caixa é uma ferramenta de gestão financeira que permite planejar todas as entradas e saídas de recursos financeiros de uma empresa para períodos futuros. Esse instrumento ajuda a prever o saldo disponível em caixa dentro do período analisado. Em

empresas de pequeno porte, geralmente, uma projeção de fluxo de caixa para um intervalo de quatro a seis meses é suficiente para gerenciar o capital de giro de maneira eficaz. É importante destacar que, ao final de cada mês, essa projeção deve ser atualizada, garantindo que o horizonte de planejamento continue abrangendo os próximos quatro a seis meses (Tombetta, 2014, p.15).

Feito o fluxo de caixa, é importante construir uma planilha de contas a pagar e receber, para ter uma noção exata das obrigações que a empresa possui, no intuito de assegurar que o planejamento elaborado será corretamente cumprido. Assim o indivíduo não corre o risco de esquecer de pagar alguma conta e por isso precise arcar com taxas extras que não estavam previstas no orçamento inicial (Zdanowicz, 2001; Ross, Westerfield, Jaffe, 2008).

Neste sentido, as planilhas de controle no setor de finanças permitem que sejam conhecidos os gastos desnecessários, e até mesmo quitar com antecedência as dívidas que possuem juros maiores (Trombetta, 2014; Ross, Westerfield, Jaffe, 2008).

Ainda que tais ferramentas remetam a parte empresarial, entende-se que toda pessoa é responsável pelas suas finanças, logo, pode fazer uso dos instrumentos citados, ainda que muitas optem por passar esta tarefa para terceiros, devido à falta de conhecimentos específicos. Não se trata de se tornar uma empresa e sim gerir as suas finanças de forma correta (Halfeld, 2011; Silva; Paixão, Mota, 2014).

2.2.2 A problemática do endividamento pessoal

Nos últimos quarenta anos, o processo de globalização e financeirização do capital tem superado barreiras que antes limitavam a circulação de capitais ao redor do mundo. O avanço das tecnologias da informação foi crucial nesse movimento, mas foi a liberalização das finanças que proporcionou o livre acesso à exploração da força de trabalho em diversas regiões, facilitando a transferência de capitais excedentes para locais onde pudessem ser mais valorizados. Porém, isso também favoreceu o crescimento das pessoas com dívidas, uma vez que a facilidade de acesso ao crédito fez com que muitos comprassem ou consumissem produtos de forma descontrolada (Almeida; Andrade, 2022).

O endividamento é um problema crescente que afeta uma parcela significativa da população, comprometendo tanto a estabilidade financeira individual quanto o equilíbrio econômico coletivo. A ausência de conhecimentos básicos sobre gestão de recursos, planejamento de despesas e controle de dívidas está na raiz de decisões financeiras equivocadas, que de maneira contínua resultam em inadimplência e dificuldades econômicas prolongadas. Esse cenário não se restringe a indivíduos de baixa renda, mas também atinge aqueles com maior poder aquisitivo, que muitas vezes não conseguem organizar suas finanças de forma adequada (Silva et al., 2020).

A ausência de EF pode levar ao descontrole financeiro, pois dificulta que as pessoas diferenciem entre necessidades essenciais e desejos supérfluos. Isso acontece, pois a população, sem compreender a importância de planejar os gastos e criar uma reserva para emergências, acabam recorrendo ao crédito como uma solução rápida, sem avaliar os custos e riscos envolvidos. Além disso, as taxas de juros altas, prazos longos e o uso inadequado de ferramentas como cartões de crédito e empréstimos tornam-se fatores que frequentemente intensificam o endividamento, impactando diretamente o bem-estar e a segurança financeira das famílias. (Silva et al., 2020).

Outro aspecto crítico é o impacto emocional que o endividamento gera, criando um ciclo de estresse e ansiedade que prejudica a saúde mental e as relações interpessoais, aos

quais, a incapacidade de lidar com as consequências financeiras afeta não apenas o bem-estar de todos os envolvidos, mas também a produtividade. Esse cenário é agravado pela falta de informações acessíveis sobre finanças pessoais, o que dificulta ainda mais o rompimento desse ciclo (Simonassi; Gondim Filho; Arraes 2022).

Além disso, o consumo impulsivo e o desejo de alcançar padrões de vida elevados sem planejamento adequado frequentemente levam ao comprometimento excessivo da renda, ou seja, a ausência de estratégias financeiras, como a criação de orçamentos detalhados ou o estabelecimento de metas claras, faz com que muitas pessoas gastem além de suas possibilidades, ignorando os impactos de longo prazo. Essa prática, associada à falta de educação financeira, perpetua o endividamento e limita o acesso a oportunidades de melhoria econômica (Simonassi; Gondim Filho; Arraes, 2022).

Em um contexto mais amplo, os efeitos do endividamento, resultante da falta de EF, acabam se refletindo em toda a economia. Isso porque, com o aumento da inadimplência, a capacidade de consumo da população é reduzida, o que cria instabilidades que afetam não apenas os negócios e as instituições financeiras, mas também os governos. Dessa forma, a vulnerabilidade financeira das pessoas compromete o crescimento econômico sustentável, tornando ainda mais urgente a necessidade de políticas públicas que busquem enfrentar esse problema e proporcionar maior segurança para a população (Almeida; Andrade, 2022).

3 METODOLOGIA

O estudo teve como foco central a análise do nível de conhecimento sobre educação financeira dos servidores públicos, utilizando como recorte populacional os servidores públicos militares que atuam no 1º BEC. A população foi de 720 militares, obtendo uma amostra de 113 respondentes, o que representa pouco mais de 15% da população.

Ademais, tal pesquisa caracteriza-se do tipo descritiva e com abordagem qualitativa e quantitativa. De forma qualitativa a pesquisa analisou as características do comportamento dos participantes quanto a aplicação e uso da educação financeira, para explicar os resultados obtidos na abordagem quantitativa. A escolha desta abordagem visa contribuir diretamente para a compreensão prática da relação entre EF, finanças pessoais e endividamento, explorando dados concretos para identificar padrões e possíveis intervenções futuras.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, elaborado em escala Likert de cinco pontos, em que foram atribuídos valores de 1 a 5 para as respostas obtidas, com a finalidade de que o respondente manifeste o quanto concorda ou discorda com o que foi proposto. Sendo 1 a alternativa “discordo totalmente”, 2 – “discordo”, 3 “não concordo, nem discordo”, 4 “concordo” e por fim, 5 para “concordo totalmente”.

O questionário foi composto por 17 questões, utilizando formulário digital disponível através da plataforma Google Forms. A pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro/2024 e janeiro/2025, no 1º BEC situado na cidade de Caicó/RN. Os indivíduos participantes da pesquisa foram selecionados de forma aleatória, por acessibilidade ao questionário, de forma que participaram da pesquisa: oficiais, suboficiais, sargentos, cabos e soldados do 1º BEC, totalizando 113 respostas que foram tabuladas em planilhas do Excel para posterior análises.

Para a análise dos dados utilizou-se o cálculo do Ranking Médio (RM) proposto por Oliveira (2005). Conseguiu-se obter o RM por meio do seguinte método:

$$\text{Média Ponderada (MP)} = \sum(f_i \cdot V_i)$$

$$\text{Ranking Médio (RM)} = \text{MP}/(\text{NS})$$

f_i = frequência observada de cada resposta para cada item

V_i = valor de cada resposta

NS = número de sujeitos

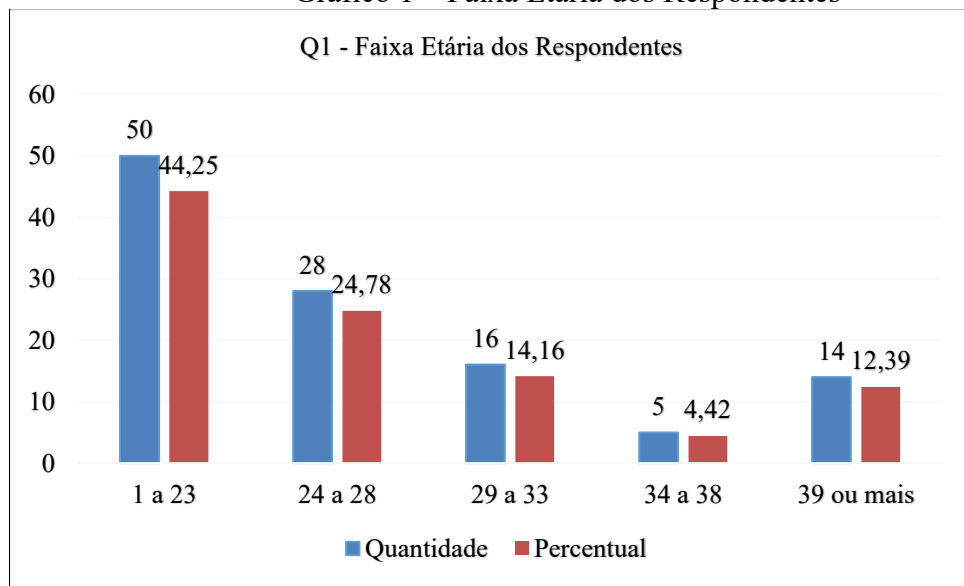
O questionário foi estruturado da seguinte forma: as questões 1 (idade), 2 (Gênero), 3 (Escolaridade) e 4 (Renda) foram propostas para traçar o perfil do respondente, sendo as questões 1 e 2 com respostas abertas; a questão 3 com as seguintes opções 1 – Fundamental completo, 2 – Médio completo, 3 – Superior incompleto, 4 – Superior completo e 5 – Pós Graduação; e a questão 4 com as seguintes opções 1 – De um a três salários mínimos (R\$ 1.412 a R\$ 4.236), 2 – De quatro a seis salários mínimos (R\$ 5.648 a R\$ 8.472) e 3 – De sete salários mínimos acima (R\$ 9.884 acima). Nas questões 5 a 17 utilizou-se como métrica a Escala de Likert com valores de 1 a 5, onde 1 – discordo totalmente, 2 – discordo, 3 – não discordo e nem concordo, 4 – concordo e 5 – concordo totalmente.

Foi utilizado o Coeficiente Alfa de Cronbach para medir a confiabilidade entre os indicadores, conferindo relevância para a pesquisa. Os valores variam de 0 a 1,0; quanto mais próximo de 1, maior confiabilidade entre os indicadores. O Coeficiente alfa de Cronbach encontrado para os dados da pesquisa, levando em consideração os 30 primeiros respondentes, foi de 0,620110.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os gráficos foram analisados de modo a subsidiar a pesquisa, adotando-se uma abordagem integrada de competências para a interpretação visual dos dados, a compreensão contextual e a extração de informações relevantes. A análise gráfica configura-se como um processo que demanda tanto domínio técnico quanto capacidade interpretativa. O desenvolvimento contínuo de uma percepção analítica refinada, com atenção a detalhes, favorece uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo e possibilita a obtenção de insights mais significativos a partir dos dados analisados.

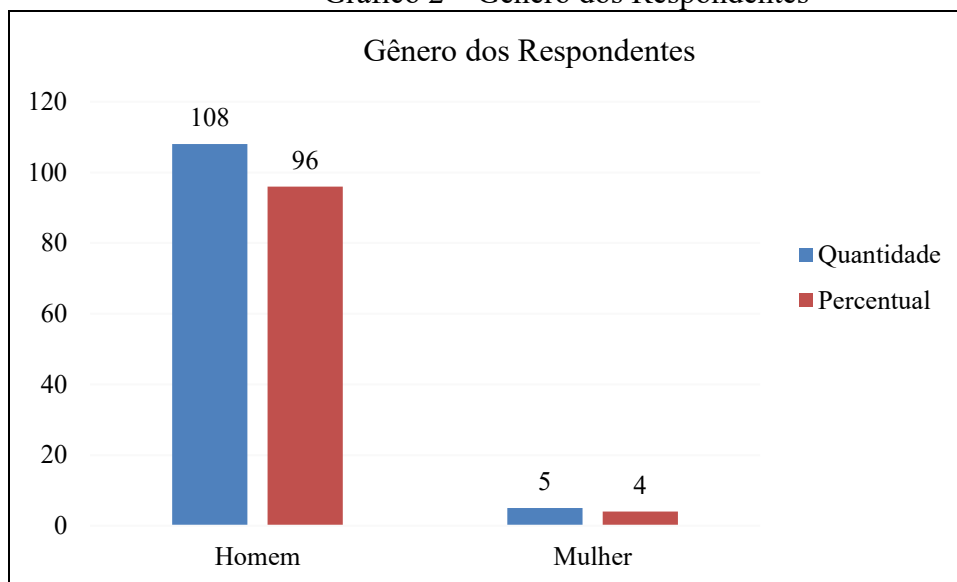
Gráfico 1 – Faixa Etária dos Respondentes



Fonte: Dados de pesquisa (2025).

A primeira questão analisada diz respeito a idade dos respondentes, 44,2% (50 militares) tem entre 19 a 23 anos. Seguidamente, cerca de 24,8% (28 militares) tem entre 24 a 28 anos. Logo após, 14,2% (16 militares) possuem entre 29 a 33 anos. 4,4% (5 militares) possuem entre 34 a 38 anos e 12,4% (14 militares) possuem 39 anos ou mais.

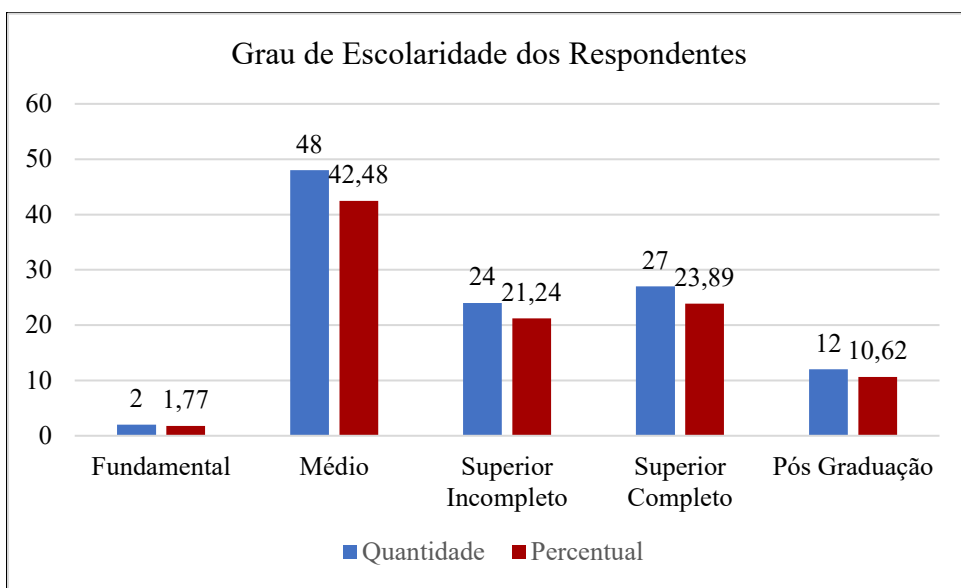
Gráfico 2 – Gênero dos Respondentes



Fonte: Dados de pesquisa (2025).

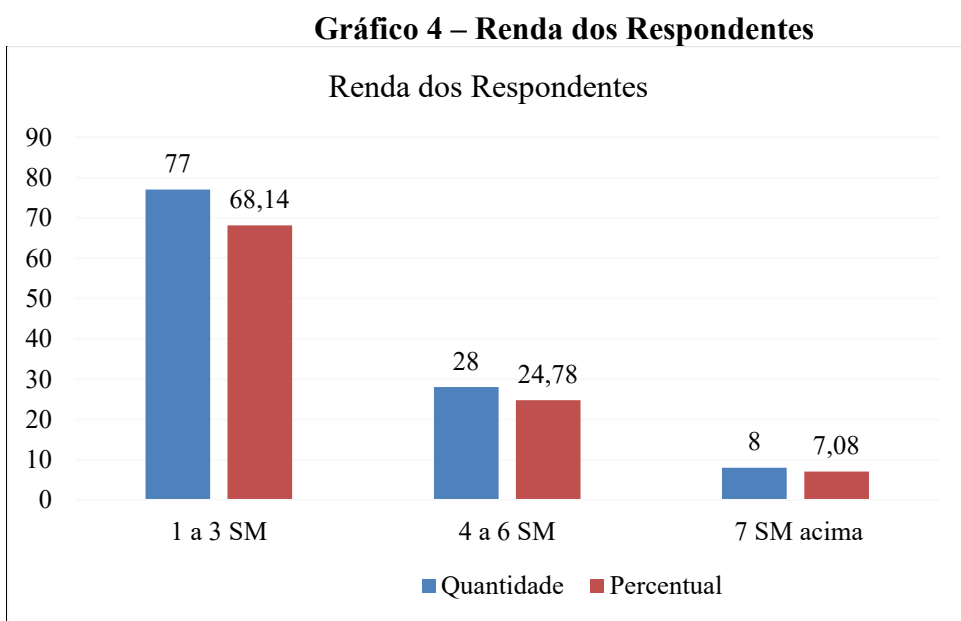
A segunda questão analisada trata do gênero dos respondentes, 95,6% (108 militares) são homens e apenas 4,4% (5 militares) são mulheres. Quanto aos dados das duas primeiras questões, os resultados eram previsíveis, pois são uma característica do exército brasileiro como um todo, onde a maioria do efetivo é masculino e jovem adulto, isto é, possuem entre 19 e 30 anos.

Gráfico 3 – Grau de Escolaridade dos Respondentes



Fonte: Dados de pesquisa (2025).

A terceira questão examinada foi quanto a escolaridade, 42,5% (48 militares) têm ensino médio completo; 23,9% (27 militares) têm superior completo; 21,2% (24 militares) têm superior incompleto; 10,6% (12 militares) têm pós-graduação e 1,8% (2 militares) possui apenas o fundamental completo.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto a renda, quarta questão verificada, observou-se o seguinte: 68,1% (77 militares) recebem de um a três salários-mínimos (R\$ 1.412 a R\$ 4.236); 24,8% (28 militares) recebem de quatro a seis salários-mínimos (R\$ 5.648 a R\$ 8.472) e 7,1% (8 militares) recebem sete salários-mínimos ou mais (R\$ 9.884 acima).

As análises das questões 5 a 17 foram realizadas a partir da aplicação do questionário com uso de Escala Likert.

Quando questionados a respeito do conceito de educação financeira, **Q5**, 77,8% (88) afirmam compreender a definição, 15,9% (18) se mantiveram neutras e 6,2% (7) não compreendem o conceito de educação financeira. Já na **Q6**, onde é questionado sobre a aplicação do conhecimento em educação financeira no dia a dia, 57,6% (65) concordaram que utilizam tais conhecimentos, 42,4% (48) discordaram da afirmação ou se mantiveram neutras, ou seja, apesar de a maioria concordar que entende o que é a educação financeira, quase metade dos respondentes não aplicam esse conhecimento.

Na **Q7** “Eu adquiri o conhecimento sobre Educação Financeira na escola onde estudo ou estudei”, 60,2% (68) discordaram da afirmação, 13,3% (15) se mantiveram neutros e 26,5% (30) concordaram. Quando indagados sobre “A escola/universidade em que estudo ou estudei desenvolve atividades sobre Educação Financeira.”, **Q8**, os dados obtidos foram 69% (78) discordaram, 14,2% (16) nem concorda, nem discorda e 16,8% (19) concordaram. Comparando a Q7 com a Q8, percebe-se que existe uma carência de educação financeira nas escolas revelando assim a necessidade de criação de novos projetos para incentivar a propagação desse conhecimento tão crucial.

Na **Q9** “Eu adquiri o conhecimento sobre Educação Financeira no meu trabalho, vivenciando os conceitos no dia a dia de forma prática”, 42,5% (48) concordaram com a afirmativa, 31% (35) se mantiveram indiferentes e 26,5% (30) discordaram. Nota-se que um número maior de respondentes obteve conhecimento no trabalho do que na escola, 42,5% e 26,5%, respectivamente, ou seja, um aumento de 16%.

Quanto a **Q10** “Eu sou uma pessoa que consigo administrar bem o meu dinheiro”, 60,1% (68) afirmam que gerem bem suas finanças, 29,2% (33) se mantiveram neutras e apenas 10,7% (12) tem problemas em administrar o próprio dinheiro. Quando interpelados sobre “Eu sou uma pessoa que não gasto mais do que recebo” **Q11**, 69% (78) concordaram, 15% (17) nem concordam, nem discordam e 16% (18) discordaram. Correlacionando a Q10 com a Q11 temos o seguinte cenário: pouco mais de 60% concordam que administram bem o próprio dinheiro o que faz sentido pois 69% não gastam mais do que recebe, isto é não estão endividados, sendo esse um ponto crucial para uma boa gerência das finanças pessoais. Por outro lado, é possível concluir que os demais 31% estão endividados já que não concordaram com a afirmação mencionada. É importante também destacar que possivelmente alguns mais estão no caminho do endividamento pois praticamente 40% não concordaram que tem um bom gerenciamento do seu dinheiro, 9% a mais do que já estão endividados.

Na **Q12** “Eu considero que gasto mais do que recebo para agradar as outras pessoas”, 80,5% (91) discordaram, 7,1% (8) indiferentes e 12,4% (14) concordaram. Quanto a **Q13** “Eu considero que gasto mais do que recebo porque sou a única pessoa com renda na minha família”, 73,5% (83) discordaram, 9,7% (11) ficaram neutras e 16,8% (19) concordaram.

Com relação à **Q14** “Eu considero que gasto mais do que recebo porque meu salário é insuficiente para pagar minhas despesas”, 72,6% (82) discordaram, 11,5% (13) permaneceram incertos e 15,9% (18) concordaram. No tocante a **Q15** “Eu estou endividado por isso acabo gastando mais do que recebo”, 80,5% (91) discordaram, 8,9% (10) ficaram indecisos e 10,6% (12) concordaram.

No que diz respeito a **Q16** “Considero que se eu tivesse conhecimento sobre Educação Financeira não estaria endividado”, 35,4% (40) discordaram, 16,8% (19) ficaram neutras e 47,8% (54) concordaram. Nessa questão, é possível perceber que pouco mais de um terço discordou, não porque eles não consideram a educação financeira importante, mas sim porque

eles não estão endividados. Tendo em vista que na **Q17** “Considero que a Educação Financeira é importante para todas as pessoas”, 96,5% (109) concordaram com a afirmativa, 2,6% (3) permaneceram indiferentes e curiosamente apenas 0,9% (1) julgou não ser importante educação financeira para todos.

Utilizando o método de Ranking Médio, de Oliveira (2005), foi possível calcular o grau de concordância e discordância dos sujeitos quanto às questões da 5 a 17, como evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Ranking Médio das questões 5 a 17

QUESTÕES	RANKING MÉDIO
5 – Eu compreendo o conceito de Educação Financeira.	4,27
6 – Eu aplico o conhecimento sobre Educação Financeira no meu dia a dia.	3,71
7 – Eu adquiri o conhecimento sobre Educação Financeira na escola/universidade onde estudo ou estudei.	2,38
8 – A escola/universidade em que estudo ou estudei desenvolve atividades sobre Educação Financeira.	2,08
9 – Eu adquiri o conhecimento sobre Educação Financeira no meu trabalho, vivenciando os conceitos no dia a dia de forma prática.	3,26
10 – Eu sou uma pessoa que consigo administrar bem o meu dinheiro.	3,80
11 – Eu sou uma pessoa que não gasto mais do que recebo.	3,89
12 – Eu considero que gasto mais do que recebo para agradar as outras pessoas.	1,71
13 – Eu considero que gasto mais do que recebo porque sou a única pessoa com renda na minha família.	1,96
14 – Eu considero que gasto mais do que recebo porque meu salário é insuficiente para pagar minhas despesas.	1,98
15 – Eu estou endividado por isso acabo gastando mais do que recebo.	1,65
16 – Considero que se eu tivesse conhecimento sobre Educação Financeira não estaria endividado.	3,22
17 – Considero que a Educação Financeira é importante para todas as pessoas.	4,86

Fonte: Dados de pesquisa (2025).

Com base nos dados da tabela 1, é possível deduzir que, quando perguntados se “Eu adquiri o conhecimento sobre Educação Financeira na escola/universidade onde estudo ou estudei”, na questão 7 o RM é 2,38, ou seja, a maioria dos entrevistados discordam dessa afirmação. Esse dado condiz com o que apresentado na questão 8 “A escola/universidade em que estudo ou estudei desenvolve atividades sobre Educação Financeira”, a qual tem um RM de 2,08, indicando que os entrevistados discordam da afirmação de que a escola desenvolve atividades sobre Educação Financeira.

Diferentemente, na questão 9 “Eu adquiri o conhecimento sobre Educação Financeira no meu trabalho, vivenciando os conceitos no dia a dia de forma prática”, o RM foi 3,26, isto é a maioria concorda que adquiriu conhecimento de forma prática no trabalho.

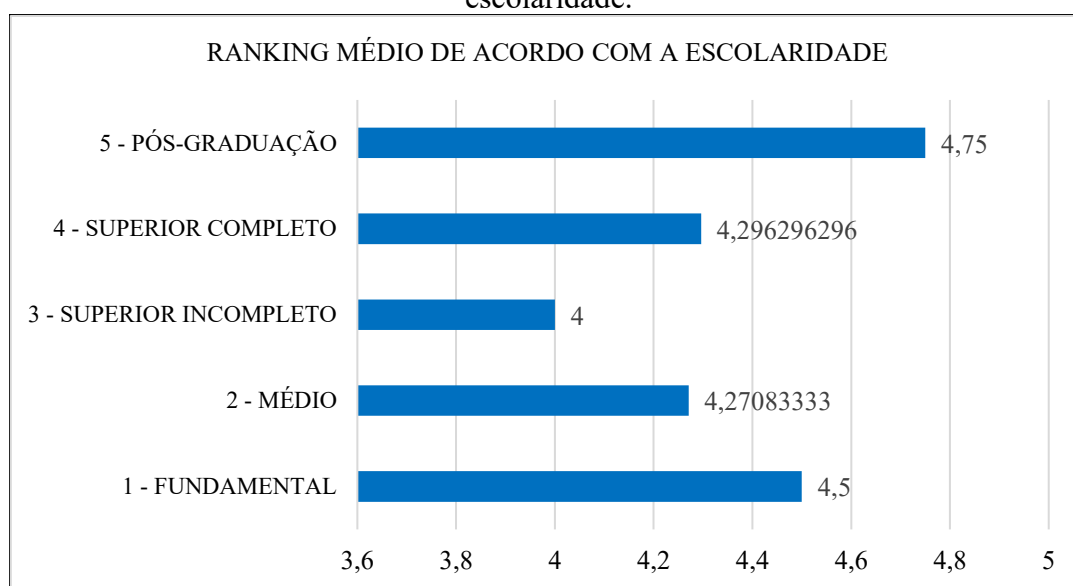
Quando interpelados sobre o controle de suas próprias finanças, nas questões 10 “Eu sou uma pessoa que consigo administrar bem o meu dinheiro.” e 11 “Eu sou uma pessoa que não gasto mais do que recebo.”, tem um RM de 3,80 e 3,89 respectivamente, demonstrando que os sujeitos concordam com as afirmações e tem um controle equilibrado sobre as finanças pessoais.

As questões 12 a 15 tratam de gastos e endividamento, e todas possuem um RM menor que 2, evidenciando que o grupo discorda das afirmações e indicando que o motivo pelo qual eles estão com problemas financeiros é diferente dos apresentados anteriormente. A

Questão 15 é a que apresenta o menor nível de concordância de todo o teste, com o Ranking Médio de 1,65.

Pensando em responder ao problema da pesquisa, analisou-se os fatores de escolaridade correlacionado com a Q5 “Eu compreendo o conceito de Educação Financeira” e renda correlacionado com a Q10 “Eu sou uma pessoa que consigo administrar bem o meu dinheiro”, conforme demonstrado nos Gráficos 5 e 6.

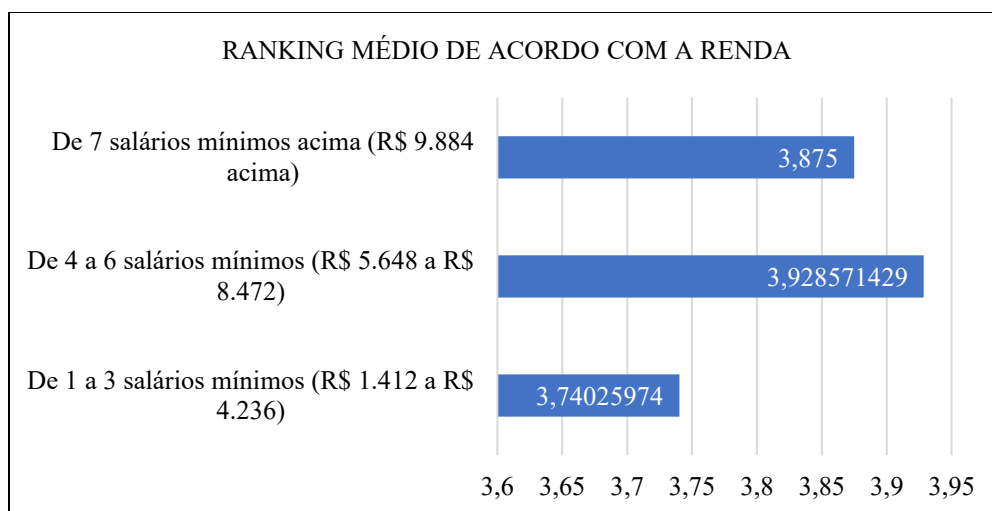
Gráfico 5 - Relação entre a compreensão do conceito de educação financeira e o nível de escolaridade.



Fonte: Dados de pesquisa (2025).

No gráfico 5, nota-se que não houve uma correlação direta entre o nível de escolaridade e o conhecimento em educação financeira, tendo em vista que o RM dos respondentes que possuem ensino fundamental foi 4,50, maior que os RM dos respondentes do ensino médio, 4,27, superior incompleto, 4, e superior completo 4,30. Apesar disso, o RM dos pós-graduados foi o maior, 4,75.

Gráfico 6 - Relação entre a administração do dinheiro e a renda



Fonte: Dados de pesquisa (2025).

No gráfico 6, percebe-se que independente da renda todos julgaram administrar bem as próprias finanças. O RM dos que ganham entre 1 e 3 salários-mínimos, foi de 3,74, já dos que ganham entre 4 e 6 salários-mínimos, foi de 3,93. Por fim, dos que ganham acima de 7 salários foi 3,87.

5 Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar nível de conhecimento dos militares do 1º Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC) sobre educação financeira, com especial atenção ao nível de endividamento. Dessa forma, o referencial teórico mostrou a importância de conhecer conceitos relacionados a educação financeira, principalmente como uma forma de combater os crescentes níveis de endividamento, pois como já mencionado a vulnerabilidade financeira da população compromete o crescimento econômico sustentável de um país.

Deste modo, com base no estudo realizado e na metodologia utilizada, da análise dos resultados encontrados, pode-se afirmar que a pergunta do estudo foi respondida. Para isso, foi utilizado para coleta de dados um questionário contendo 17 questões objetivas, no qual foi disponibilizado através da plataforma Google Forms, obtendo uma amostra composta por 113 respondentes.

De acordo com os resultados encontrados neste estudo, percebeu-se que os militares do 1º BEC consideram importante obter informações voltadas à educação financeira, destacando sua relevância para evitar o endividamento. Além disso, possuem um bom nível de entendimento sobre finanças pessoais e que por isso gerem bem seu próprio dinheiro. Devido a isso, a maioria não está endividada.

Este estudo contribui para a literatura sobre educação financeira ao analisar a percepção dos militares do exército brasileiro, um público ainda pouco abordado em pesquisas acadêmicas nessa temática. Ao identificar o nível de conhecimento e comportamento financeiro dos militares do 1º BEC, o estudo amplia a compreensão sobre como grupos específicos do setor público lidam com suas finanças pessoais. A pesquisa também reforça, teoricamente, a importância da educação financeira como ferramenta preventiva contra o endividamento, alinhando-se aos estudos que defendem a formação financeira como elemento essencial para o bem-estar individual e coletivo.

Como limitação do estudo destaca-se que os resultados encontrados não podem ser extrapolados para todos os servidores públicos militares do 1º BEC, em virtude da pequena amostra, tendo em vista que o batalhão possui um efetivo total de 720 militares, isto é a amostra desse estudo representa pouco mais de 15% do efetivo total da organização militar. Ademais, não foi encontrado pesquisas cujo objeto de estudo fossem os militares, impossibilitando a comparação dos resultados. Portanto, sugere-se para futuros trabalhos, que esta pesquisa seja replicada cujo objeto sejam outras organizações militares, além de outros órgãos públicos de outras áreas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I.; ANDRADE, V. Os fatores psicológicos envolvidos no processo de endividamento sob a perspectiva da psicologia econômica. **Cadernos de Psicologia**, v. 4, n. 7, p. 490-507, 2022.

ANDRADE, Jefferson Pereira; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DE GRUPOS ACADÊMICOS. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103-121, 14 ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/p.1984-6606.2018v18n49p103-121>.

ARAÚJO, Aline Pacheco et al. OS EFEITOS DO GÊNERO, DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DA INTERAÇÃO SOCIAL NAS ESCOLHAS DO INVESTIDOR BRASILEIRO. **Revista de Administração Unimep**, v. 19, n. 3, set. 2021.

ARAÚJO, D. de S. *et al.* A importância da educação financeira: um estudo no ensino profissionalizante. **Revista de Graduação USP**, v. 4, n. 1, p. 125-137, 2020.

BORBA, Larissa Fernanda; REIS, Davi Lemos. POTENCIAIS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO: PERFIL, MOTIVAÇÕES E PREFERÊNCIAS. **Caderno de Administração**, v. 30, n. 2, 2022.

CALIL, M. **Separe uma verba para ser feliz: desfrute do dinheiro hoje construa um amanhã prospero e tenha felicidade financeira sempre: o método FAST de enriquecimento consistente**. São Paulo: Gente, 2012.

CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad; MEROLA, Aline. PERCEPÇÕES ADQUIRIDAS NUMA CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ADULTOS. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 19, p. 414-435, 2018.

CARVALHO, Flavio Leonel de; CARLO, Mônica Ingrid da Silva. LETRAMENTO FINANCEIRO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS: ANÁLISE DO PISA 2015. **Revista de Administração Unimep**, v. 19, n. 2, 2021.

CARVALHO, Luana Araújo; SCHOLZ, Robinson Henrique. “SE VÊ O BÁSICO DO BÁSICO, QUANDO A TURMA RENDE”: CENÁRIO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO COTIDIANO ESCOLAR. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 6, n. 2, p. 102-125, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18226/23190639.v6n2.05>.



CATTANI, Damaris Silva dos Santos et al. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO FINANCEIRO DO JOVEM UNIVERSITÁRIO FRENTE AO PLANEJAMENTO E ENDIVIDAMENTO PESSOAL. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 14, n. 3, p. 221-248, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.59306/reen.v14e32021221-248>.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. 1-14, 2020.

DE OLIVEIRA, Silvia Franco; SANTANA, Phillipe Martins. Financial education at workplace. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 123, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i1.27693>.

DOMINGOS, R. A. Educação financeira uma ciência comportamental. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 4, p. 1-21, 2022.

FIGUEIREDO, G. B.; BEGOSSO, L. C. Educação financeira: um jeito mais prático de aprender. **Revista Intelecto, Assis**, v. 3, p. 1-10, 2020.

GUIMARÃES, Thayse Machado; IGLESIAS, Thayla Machado Guimarães. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UM INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 11, n. 1, p. 94-111, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18028/rgfc.v11i1.9486>.

HALFELD, M. **Como ganhar mais com seu dinheiro**. São Paulo: Globo, 2011.

HURTADO, A. P. G.; FREITAS, C. C. G. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 3, p. 56-76, 2020.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Pai rico, pai pobre**. Tradução: Maria Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MELO, Jorge Moreira; MOREIRA, Caritsa Scartaty. EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL: ESTUDO COM DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 13, n. 2, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v13i2.79043>.

OLIVEIRA, R. B.; KASPCZAK, M. C. M. **Planejamento Financeiro pessoal: uma revisão bibliográfica**. 2013. Disponível em: <www.admpg.com.br/2013/down.php?id=577&q=1>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLIVEIRA, Sabrina Paulino de; COSTA, Wênyka Preston Leite Batista da; SILVA, Jandeson Dantas da; SILVA, Sérgio Luiz Pedrosa. Determinantes do comportamento financeiro pessoal: um estudo com cidadãos brasileiros. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 13, n. 1, p. 178-197, 2022.



OROZIMBO, M.; BEVILACQUA, S. Educação financeira e superendividamento: um estudo de caso. **Omnia Sapientiae**, v. 2, n. 1, p. 6-17, 2022.

PABIS, M. G.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. Uma revisão sistemática sobre a pesquisa em educação financeira. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 11, n. 1, 2022.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 200

SANTOS, G. M. *et al.* O papel da educação financeira no endividamento: estudo de servidores de uma instituição pública de ensino do estado de São Paulo. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2020.

SILVA, A. J.; PAIXÃO, R. B.; MOTA, F. L. Planejamento financeiro pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais. **Anais**, 2014. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/3644/3645>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, A. C. *et al.* Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, p. 354-377, 2020.

SIMONASSI, A. G.; GONDIM FILHO, J. G.; ARRAES, R. de A. Endividamento e investimentos dos governos subnacionais no Brasil: uma análise via funções de reação. **Nova Economia**, v. 31, p. 783-807, 2022.

SOBIANEK, Patrick Da Silva et al. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: análise do conhecimento e atitudes financeiras na ótica dos estudantes de ensino médio. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 13, n. 3, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rcc.v13i3.78965>.

TROMBETTA, A. **A importância do controle financeiro nas empresas**. 2014. 41 fl. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Pato Branco, 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3353/1/PB_EGCF_IX_2014_03.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

VIEIRA, G. S.; PESSOA, C. A. Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais? Financial education around the world: how are national strategies organized?. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020.

VINCO, A.; FLORENSCIO, R.; VIANA, L. da S. Educação financeira: sua importância no planejamento financeiro pessoal e familiar. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, v. 15, n. 3-4, p. 585-601, 2021.

ZDANOWICZ, J. E. **Planejamento Financeiro e orçamento**. 4. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

